



50% das varas federais capixabas já funcionam com processo eletrônico

O diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, concedeu nesta quinta-feira, 28, entrevista à Rádio CBN sobre a virtualização das Varas Federais do Estado, levando em conta que a 5ª Vara Federal Cível implantou o processo digital nesta segunda-feira, 25, e no dia 1º de fevereiro será a vez da 3ª Vara Federal Cível. Durante a entrevista, o magistrado informou que, com a virtualização dessas duas varas, a Justiça Federal capixaba passa a ter 50% das federais funcionando com processo eletrônico e **a previsão é de que até o meio do ano todas as varas estejam virtualizadas.**

O juiz federal destacou que o processo eletrônico atende aos anseios da população por uma Justiça mais célere, possibilita a consulta do processo pela internet, diminui significativamente a necessidade de espaço físico para guarda dos autos findos, reduz as despesas com a locação desses espaços e contribui para a preservação do meio ambiente, dada a redução na utilização de papéis. Na oportunidade, também citou o serviço de peticionamento eletrônico como mais uma facilidade oferecida pela JFES, permitindo ao advogado a comodidade de peticionar via internet (www.jfes.jus.br), diretamente de casa ou do escritório.

Fique por dentro do processo de virtualização

- Segunda-feira, 1º de fevereiro, a Justiça Federal do ES implantará o processo eletrônico na 3ª VF Cível. Das 20 varas federais existentes, esta será a décima a ser virtualizada.
- Já foram virtualizadas as quatro Varas Federais de Execução Fiscal, os três Juizados Especiais Federais e as 4ª e 5ª Varas Federais Cíveis.
- Após a 3ª VF Cível, está prevista a virtualização, até meados de 2010, das 2ª e 6ª Cíveis de Vitória; 1ª e 2ª Varas Federais de Cachoeiro; Varas Únicas de Linhares, Colatina e São Mateus; e 1ª e 2ª Criminais de Vitória.

Canal oficial do STF no YouTube atinge meio milhão de vídeos assistidos

O canal oficial do Supremo Tribunal Federal no YouTube (<http://www.youtube.com/stf>) atingiu, nesta quarta-feira (27), mais de meio milhão de vídeos assistidos em menos de quatro meses de funcionamento. Até o momento, foram postados 1.144 vídeos. A mais alta Corte da Justiça brasileira passou a disponibilizar vídeos nesse site em 1º de outubro de 2009, quando foi assinado acordo de cooperação entre o STF e a empresa Google Inc.

Desde então, são postados diversos tipos de vídeos todos os dias, com informações sobre o que acontece no STF, e esclarecimentos à população sobre direitos, deveres e exercício da cidadania. Estão disponíveis grandes julgamentos do Plenário da Suprema Corte, programas veiculados na TV Justiça e ainda vídeos produzidos especificamente para o canal, como o campeão de audiência no Brasil, que mostra entrevista com advogado no qual ele explica diferenças entre deportação, extradição e expulsão (http://www.youtube.com/watch?v=JYET_pWKVJU).

Além disso, o canal oficial do STF no YouTube está entre os cinco mais visitados dentro os parceiros e entre os 100 mais acessados pelos internautas no Brasil. Fora do País, os vídeos também são muito assistidos. Na Europa, o campeão de acessos é o programa “Repórter Justiça” que fala sobre os aspectos legais das cirurgias plásticas (<http://www.youtube.com/watch?v=2jCMIXYZiJo>). Na Ásia, o programa “Repórter Justiça” sobre os direitos das gestantes foi o vídeo mais visto (<http://www.youtube.com/watch?v=BnWxZp710j8>). Já no Oriente Médio, o julgamento pelo STF da extradição de um falso rabino foi o vídeo mais assistido (<http://www.youtube.com/watch?v=LtsI9vcZFrQ>). E nos Estados Unidos, o julgamento do Caso Goldman (<http://www.youtube.com/watch?v=BnWxZp710j8>).

O Supremo Tribunal Federal é a única Corte Suprema do mundo a contar com uma página oficial na comunidade de vídeos mais popular da Internet.

JA/AM (www.stf.jus.br)



Emarf abrirá seleção para estágio em São Mateus

O Núcleo da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região no Espírito Santo realizará processo seletivo para estagiários da Vara Federal da Subseção de São Mateus. O concurso destina-se à formação de cadastro de reserva. A jornada de estágio será de 20 horas semanais, no horário entre 11h30 e 19h30, observado o turno escolar do estagiário. Para participar é necessário cursar, à época da admissão, entre o 5.º e o 9.º períodos de Direito em uma das faculdades conveniadas.

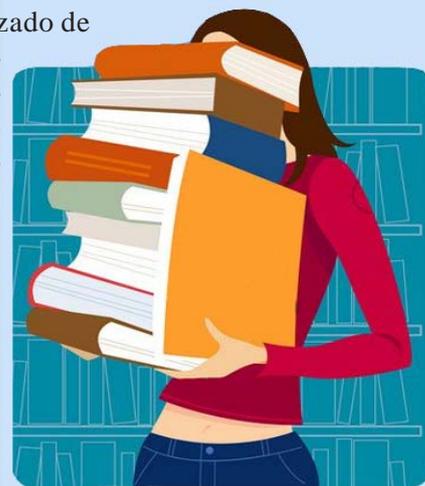
O estagiário terá direito a uma bolsa mensal no valor atual de R\$ 470,00.

A seleção será feita por prova escrita, sem consulta, contendo quatro questões discursivas, distribuídas entre Direito Constitucional, Teoria Geral do Processo, Direito Civil (Parte Geral, Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos) e Direito Penal (Parte Geral).

As inscrições deverão ser realizadas de 01 a 12 de março na Secretaria da Vara Federal de São Mateus (Avenida Coronel Constantino Cunha, nº 1.334, Fátima), mediante o preenchimento do

formulário padronizado de inscrição. Os candidatos serão convocados para a realização do processo seletivo por divulgação no www.jfes.jus.br.

A prova escrita ocorrerá no dia 13 de março (sábado), das 9 às 12 horas, na sede da Justiça Federal – Subseção Judiciária de São Mateus. Veja o edital e o formulário de inscrição, no www.jfes.jus.br.



CNJ define política institucional para execução de penas e medidas alternativas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou nesta segunda-feira, 25, no Diário Oficial da União, a Resolução nº 101, de 15 de dezembro de 2009, que define a política institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão. A ideia é adotar o modelo descentralizado de monitoramento psicossocial, mediante a criação de varas privativas ou especializadas e de centrais de acompanhamento e núcleos de monitoramento vinculados aos juízos competentes para a execução de penas e medidas alternativas.

De acordo com a Resolução, o modelo descentralizado de monitoramento psicossocial caracteriza-se pelo cumprimento de penas e medidas alternativas em entidades e instituições e seu acompanhamento é feito por equipe multidisciplinar, composta por profissionais habilitados, como assistentes sociais e psicólogos, voluntários ou não.

O documento também prevê a adoção de sistema de processamento eletrônico na execução das penas e medidas alternativas como padrão a ser utilizado pelo Poder Judiciário, integrado a rede de entidades e instituições conveniadas. “As informações da execução das penas e medidas alternativas geradas de forma padronizada por todos os Tribunais serão compartilhadas com o Poder Público, visando o incremento de programas de suporte social aos cumpridores de medidas e penas alternativas, sua família e à população em geral. O Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais articular-se-ão com o Poder Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e demais responsáveis pela administração das penas e medidas alternativas em âmbito federal, estadual e municipal no sentido de assegurar ação integrada ao fomento da execução de penas e medidas alternativas”.

Fórum Emarf sobre Direito Tributário - Videoconferência dia 5 de fevereiro

No dia 5 de fevereiro, a Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) transmitirá por videoconferência para a Justiça Federal do Espírito Santo o fórum “Direito Tributário – 2º Encontro”, parte do curso de Direito Tributário. Será das 9 às 13 horas, no auditório do prédio sede da JFES (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta).

O evento será aberto a público e dará direito a certificado.

As inscrições para magistrados federais devem ser feitas pelo módulo do CAE na internet. Servidores e demais interessados podem se inscrever pelo (27) 3183-5187 ou nucleoemarf.es@jfes.jus.br.

2º Encontro
Ciclo de Debates de Direito Tributário
Fórum

Direito Tributário

Público-Alvo:
Magistrados Federais, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Advogados, Estudantes de Direito e demais interessados

Programação:
Efeitos tributários da entrega das declarações e depósitos judiciais. Homologação, Manifestação de Inconformidade, Compensações, Denúncia Espontânea, Prescrição e Decadência.
Palestrantes:
Daniel Grolli
Maurício Pereira Faro
Soniilton Fernandes Campos Filho

Inscrições Gratuitas na EMARF:
• PARA MAGISTRADOS FEDERAIS:
Pelo Internet no módulo do CAE:
www.jfes.jus.br/emarf
• PARA OS DEMAIS INTERESSADOS (DO RIO DE JANEIRO):
www.jf2.jus.br/emarf
VAGAS LIMITADAS

Local: Auditório do TRF
Rua Acre, 10 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro
Horas de Estágio pela OAB/RJ

05 de Fevereiro de 2010
das 9h às 13h

Logos: CAE, AURE, etc.